

SUPERINTENDENCIA REGIONAL DO ESTADO DO PARANÁ

Estudo Técnico Preliminar 18/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 08385.013253/2024-63

2. Descrição da necessidade**DESCRIÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

2.1. O presente processo visa analisar a contratação de Empresa para prestação de serviço continuado de vigilância patrimonial ostensiva armada, com dedicação de mão de obra exclusiva, para atender as necessidades da Superintendência Regional da Polícia Federal no Paraná (SR/PF/PR) e suas Descentralizadas.

2.2. Atualmente, os serviços de vigilância estão sendo prestados pelo Contrato nº 10/2020-SR/PF/PR, com término previsto para 31/12/2025, sem possibilidade de nova prorrogação ordinária, haja vista que completará 60 (sessenta) meses de duração.

2.3. A contratação de uma empresa especializada na prestação dos serviços de segurança e vigilância se faz necessária para que não haja descontinuidade na prestação destes serviços nas dependências da Polícia Federal no Paraná, tanto na capital quanto nas Unidades do interior subordinadas à SR/PF/PR, sendo necessária a instrução de processo visando contratação tempestiva.

2.4. A contratação também visa manter os ambientes com vigilância profissional, liberando os servidores policiais para atividades de maior complexidade, proporcionando ao público interno e externo condições mínimas de segurança quanto ao patrimônio, além da manutenção e conservação da integridade física de pessoas e dos bens públicos, em caráter permanente.

2.5. A contratação de empresa de prestação de serviços continuados de segurança e vigilância tem por objetivos específicos: atender às demandas da SR /PF/PR e de suas Descentralizadas, em Paranaguá, Ponta Grossa, Guarapuava, Londrina e Maringá, quanto à guarda dos bens públicos e de suas instalações, bem como na segurança das pessoas que trabalham nestes locais e do público em atendimento.

2.6. O serviço de vigilância patrimonial armada tem se mostrado como necessário e eficiente, vez que proporciona guarda, controle de acesso, patrulhas e rondas ostensivas às dependências, internas e externas, dos imóveis sedes, bem como demais atividades regulamentadas e inerentes à atividade, necessárias ao bom andamento das atividades desenvolvidas pela Administração.

NORMATIVOS APLICÁVEIS

2.7. A competência da Polícia Federal está estipulada no Art. 144 da Constituição Federal, do qual se extrai que a finalidade precípua do órgão são as funções de segurança pública, exercida para preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio.

2.8. A realização de serviços que não sejam fins últimos dos órgãos públicos deve, sempre que possível, ser disponibilizada à iniciativa privada. Tal disposição é prevista no Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967:

"Art. 10. A execução das atividades da Administração Federal deverá ser amplamente descentralizada.

§ 1º A descentralização será posta em prática em três planos principais:

c) da Administração Federal para a órbita privada, mediante contratos ou concessões.

§ 7º Para melhor desincumbir-se das tarefas de planejamento, coordenação, supervisão e controle e com o objetivo de impedir o crescimento desmesurado da máquina administrativa, a Administração procurará desobrigar-se da realização material de tarefas executivas, recorrendo, sempre que possível, à execução indireta, mediante contrato, desde que exista, na área, iniciativa privada suficientemente desenvolvida e capacitada a desempenhar os encargos de execução.

§ 8º A aplicação desse critério está condicionada, em qualquer caso, aos ditames do interesse público e às conveniências da segurança nacional."

2.9. Assim por se tratar de serviço de execução indireta necessário se faz observar as regras estipuladas pelo Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, bem como da IN 05/2017-SEGES que estabelecem regras a serem observadas para a contratação deste tipo de serviço, reforçando o entendimento de que as contratações públicas devem ser rigorosamente planejadas.

2.10. Os serviços demandados enquadram-se na Portaria nº 443/2018-MPDG, que estabelece no âmbito da Administração Pública Federal direta os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta.

"Art. 1º No âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, serão preferencialmente objeto de execução indireta, dentre outros, os seguintes serviços:

(...)

XXI - segurança, vigilância patrimonial e brigada de incêndio;"

2.11. O objeto que se pretende contratar, prestação de serviços de vigilância patrimonial ostensiva armada, não se amolda a nenhuma das vedações quanto à execução de forma terceirizada previstas no art. 9º da IN SEGES 05/2017 e Art. 3º do Decreto nº 9.507/2018, tratando-se de atividade acessória, instrumental ou complementar à área de competência legal da SR/PF/PR e demais Unidades da Polícia Federal no Paraná, não possuindo equivalência com as atividades desenvolvidas pelas categorias funcionais abrangidas pelo Plano de Cargos e Salários da Polícia Federal.

2.12. No tocante à NLLC, a contratação que se requer está definida como serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, XIII, da Lei 14.133/2021.

2.13. Assim, conforme disposto no art. 29, da Lei nº 14.133/21, o pregão poderá ser adotado sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, sendo este o caso do objeto contratual aqui pretendido, bem como, por tratar-se de prestação de serviços de natureza continuada, prefere-se na contratação em análise, que a vigência seja de 02 (dois) anos, prorrogável nos termos do art. 106 e 107, da Lei 14.133/2021.

2.14. Ressalta-se que a prestação de serviços pretendida possui natureza contínua e acessória, pois nesse sentido acompanham o desempenho das atribuições típicas da Polícia Federal, que se interrompidas, fatalmente comprometerão a celeridade e a continuidade da atividade policial fim, haja vista a necessidade de deslocamento de servidores para o desenvolvimento destas atividades, tornando a prestação menos eficiente.

2.15. Considerando o previsto na IN MPDG nº 05/2017 é necessário estabelecer um mecanismo de controle a fim de evitar o descumprimento das obrigações trabalhistas. A conta vinculada é procedimento já adotado nesta Superintendência, no contrato atual de vigilância e em outros contratos de terceirização (recepção e limpeza) e, portanto, a manutenção da utilização deste método no processo atual implica em padronização e economia processual para a Administração que já assimilou os procedimentos operacionais para funcionamento da conta vinculada, empreendendo esforço e treinamento de Gestores e Fiscais de contrato até então, que não convém desperdiçar.

2.16. Ademais, o mecanismo de controle da conta vinculada, tal como o fato gerador atendem igualmente ao requisito normativo de resguardo dos direitos trabalhistas, contribuindo para o afastamento da responsabilidade subsidiária da Administração, não havendo desvantagem para a Administração em optar pelo mecanismo da conta vinculada já implantado administrativamente em suas Unidades.

2.17. Ainda acerca da utilização da conta vinculada, a Direção de Administração e Logística da Polícia Federal (DLOG/PF), por meio do processo SEI 08200.010877/2023-69, divulgou amplamente a Nota técnica nº 32496264/2023-SECONT/CGOF/DLOG /PF (32496264), para fins de padronizar na instituição a utilização da conta vinculada, abstendo-se de utilização do Fato Gerador como ferramenta de controle do cumprimento das obrigações trabalhistas.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SELOG/SR/PF/PR	MOZART PERSON FUCHS

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Para atendimento da necessidade dos serviços de vigilância patrimonial armada se faz necessária a contratação de empresa especializada na prestação de serviços terceirizados, mediante a disponibilização de mão obra em regime de dedicação exclusiva.

4.2. A prestação de serviço ora demandada será prestada de forma contínua, vez que pela sua essencialidade visam atender à necessidade pública de forma permanente e ordinária, por mais de um exercício financeiro, assegurando e suportando o funcionamento das atividades finalísticas do órgão, de modo que sua interrupção pode comprometer a prestação de um serviço público e o cumprimento da missão institucional.

4.3. Os serviços de vigilância patrimonial armada são considerados comuns, assim definidos e usualmente contratados por diversos órgãos da Administração Pública, tendo padrões de desempenho e qualidade que podem ser definidos de forma objetiva no edital da licitação, por meio de especificações usuais no mercado.

4.4. O Contrato terá prazo de execução de 02 (dois) anos, prorrogável por até 10 (dez) anos, prazo este que se entende suficiente e que respeita os limites do art. 107, da Lei nº 14.133/2021.

4.4.1. Conforme a Lei 14.133/21 a Administração Pública terá faculdade de escolher o prazo de contratação dos serviços de fornecimento contínuos, limitados à cinco anos. Nesse contexto cabe esclarecer que a formalização de contratos por prazo maior que um ano impacta primeiramente no custo de planejamento do próprio contrato para a Administração, que tem que empregar servidores nessa tarefa por um período mínimo de sessenta dias, em contratos pouco complexos, se os tiver disponíveis, sem contar o seguimento do processo até a licitação e formalização do contrato.

4.4.2. Em relação ao custo financeiro, a correção do preço é por índice previamente ajustável (repactuação e IPCA), presumindo-se muito inferior à variação anual de mercado (livre variação de preços na livre concorrência), que por sua vez se enxerga a oportunidade de contratação anual pelos fornecedores, certamente promoveria um aquecimento no mercado, pois veriam uma oportunidade de escalada insuperável do preço do serviço, ao passo que a correção por índice inflacionário, sujeita-se a simples reajuste do preço contratado decorrido o período mínimo de um ano da proposta de orçamento.

4.4.3. Após, deve-se levar em conta a expectativa de mercado, pois sendo o contrato renovável, a manutenção por um único exercício demonstraria certa fragilidade do fornecedor em manter a prestação do serviço.

4.4.4. Terceiro motivo e intimamente ligado ao segundo, é que a atividade que se pretende contratar é acessória à atividade permanente do órgão, reforçando cada vez mais o caráter contínuo do futuro contrato cuja interrupção impactará negativamente a realização da atividade fim da SR e Delegacias descentralizadas.

4.4.5. Afora isso, a Administração Pública liga-se ao princípio constitucional da eficiência, razão pela qual a prática e o exercício da atividade diária pelos colaboradores tendem a elevá-los a melhores padrões de fornecimento do serviço.

4.4.6. Pelo lado do risco pela manutenção do prazo, a Administração tem ao seu favor instrumentos de verificação mensal como o IMR e a verificação da regularidade trabalhista e fiscal da empresa, com condições de dispensá-la se não atender às condições iniciais de habilitação e sanções pelo descumprimento das obrigações pactuadas.

4.5. A data de início da execução do objeto será definida em reunião entre as partes, com o limite de até 30 (trinta) dias da assinatura do contrato. Caso possível, para se evitar a descontinuidade e interrupção do serviço, a empresa contratada deverá iniciar os serviços a partir de 01/01/2026, conforme data de término de vigência indicada no contrato nº 10/2020-SR/PF/PR (SEI 08385.003770/2020-09).

4.6. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta, admitindo-se, entretanto, pela Administração, em relação à pessoa encarregada da função, a notificação direta para a execução das tarefas.

4.6.1. As atividades a serem exercidas na função de vigilante patrimonial, mencionada no item anterior, estão relacionadas no Anexo I deste ETP e dizem respeito a todas as atividades previstas durante a execução contratual.

4.7. A alteração do volume da demanda pode impactar na prestação de serviços no que diz respeito a quantidade de postos (aumento ou diminuição) necessários. Qualquer alteração, seja ela qualitativa ou quantitativa, será realizada através do instrumento adequado para tal.

4.8. Não se verifica a necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, em função da natureza e características dos serviços a serem prestados.

4.9. De acordo com as demandas dos setores da SR/PF/PR, bem como de suas delegacias descentralizadas, será necessária a disponibilização de mão de obra para a cobertura dos postos, 24 horas por dia, em turnos de 12x36 horas ininterruptas, diurno e noturno, todos os dias da semana, inclusive sábado, domingos e feriados.

4.10. Os serviços deverão ser executados de forma ininterrupta, com base nos parâmetros e exigências estabelecidos na Lei 14.967/24, e na Portaria 18.045/2023-DG/DPF, que trata da atividade de segurança e vigilância patrimonial.

4.11. A fiscalização da Administração terá livre acesso aos locais de trabalho da mão de obra da contratada.

DA MÃO DE OBRA

4.12. Nos termos do art. 7º da IN 05/2017-SEGES as funções a serem contratadas para a prestação dos serviços, observarão a nomenclatura estabelecida na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), do Ministério do Trabalho, conforme abaixo:

5173-30 – VIGILANTE PATRIMONIAL

4.13. Do quadro de pessoal terceirizado, a qualificação técnica mínima exigida, dentre outras, será a que segue:

4.13.1. Fornecimento de profissionais especializados, com frequência e aprovação em curso específico de formação, devendo estar regularmente autorizados a exercerem as atividades de vigilância patrimonial armada.

4.13.2. Apresentação de atestado de antecedentes civil e criminal dos colaboradores que irão prestar os serviços.

4.13.3. Comprovação da formação técnica específica da mão-de-obra, oferecida através de Certificado de Curso de Formação de Vigilantes, expedidos por Instituições devidamente habilitadas e reconhecidas.

4.14. Os profissionais deverão demonstrar competências pessoais, manter-se disciplinados, apresentar boa comunicação, apresentar-se de forma asseada e com uniforme da Empresa, ser cordial, comportar-se de forma ética, manter-se dinâmicos, demonstrar paciência, urbanidade, evidenciar capacidade de organização, manter-se atentos, demonstrar discrição, sugerir melhorias, respeitar a hierarquia e ser assíduos.

4.15. Nesta contratação os candidatos serão submetidos à investigação social de vida pregressa e eventual entrevista, antes do início da vigência do contrato, dadas as características do Órgão, sendo imprescindível à segurança de pessoas, bens, informações e instalações, devendo a Contratada atender ao requisitado pela Administração.

DOS UNIFORMES

4.16. Os uniformes a serem fornecidos pela Contratada a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes, devendo ser previamente aprovados pela Delegacia de Controle de Segurança Privada (DELESP), conforme Portaria 18.045/23-DG /DPF.

4.17. O primeiro conjunto de uniforme deverá ser entregue pela contratada ao funcionário antes do início da execução, devendo ser de boa qualidade a fim de garantir a boa apresentação do colaborador e em medidas padronizadas P, M, G, GG, XXG para cada funcionário, padrões masculino, feminino ou unissex, conforme especificações abaixo:

a) Calças;

b) Camisas de mangas compridas e curtas, com tecido e confecção adequados;

c) Cinto de nylon;

d) Sapatos ou botinas;

e) Meias;

f) Jaqueta de frio;

g) Capa de chuva;

h) Boné;

i) Crachá de identificação, devendo conter somente foto colorida recente, nome completo do funcionário, cargo, matrícula, data de admissão, CPF e o nome da empresa Contratada.

4.18. Será exigido o fornecimento periódico, pela contratada aos seus empregados, de uniforme e identificação na quantia estabelecida na tabela abaixo:

Item	Descrição	Quantidade a ser entregue por vez	Periodicidade
A	Calça	2	Semestral
B	Camisas de manga compridas e curtas	4	Semestral
C	Cinto de nylon	1	Quando necessário
D	Sapatos ou botinas	1	Anual
E	Meias	4	Semestral
F	Jaqueta de frio	1	Anual
G	Capa de chuva	1	Semestral
H	Boné	1	Anual

I	Crachá de identificação	1	Quando necessário
---	-------------------------	---	-------------------

4.18.1. A substituição dos uniformes também poderá dar-se a qualquer época, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito horas), após comunicação escrita do Contratante, sempre que os uniformes não atendam às condições mínimas de apresentação;

4.19. A Contratada ficará responsável pelos ajustes de alfaiataria que se fizerem necessários à boa apresentação dos uniformes e não poderá repassar os custos aos seus empregados ou ao Contratante.

4.20. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados.

4.21. Nas dependências da Contratante somente será permitido o uso do uniforme fornecido, qualquer outra peça não poderá ser utilizada em conjunto com a vestimenta fornecida;

4.22. Somente podem ser fornecidos uniformes novos aos funcionários, não sendo permitido o reuso.

4.23. Não poderá conter no crachá e/ou no uniforme qualquer referência do órgão onde é prestado o serviço.

4.24. Os uniformes, por questões de apresentação e qualidade quanto ao material e cores utilizados, devem ser apresentados ao fiscal do contrato previamente, para a devida aprovação do formato e qualidade.

4.25. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo e controlado pelo preposto da empresa, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

4.26. O custo do uniforme não poderá ser repassado ao funcionário da empresa, prestador do serviço, sob pena de se configurar falta gravíssima.

DO FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS

4.27. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo substituição quando necessário.

4.28. Fornecimento de armamento padrão aos Vigilantes (revólver calibre 38 ~ 06 tiros, ou outro legalmente permitido para a função a ser desempenhada), o qual deverá ser utilizado somente quando estiverem em seu turno de serviço. Apresentar à Administração a relação de armas que serão utilizadas pelos Vigilantes, encaminhando, também, cópias autenticadas dos seus respectivos registros e portes (das armas);

4.29. Fornecimento de munição em bom estado de uso, em número mínimo de 02 (duas) cargas, as quais devem ser de procedência de fabricante nacional, não sendo permitido em hipótese alguma, o uso de munições recarregadas.

4.30. Também deverá ser fornecido aos Vigilantes, para execução dos serviços, os seguintes materiais:

a) 03 (três) livros de ocorrência por endereço;

b) 01 (um) cassetete ou bastão retrátil por posto;

c) 01 (um) porta cassetete por posto;

d) 01 (um) apito com cordão por vigilante;

e) 01 (uma) lanterna com pilha ou bateria para duas cargas (uma reserva) por posto;

f) 01 (um) celular ou rádio-comunicador (HT) ou Nextel (ou equivalente) por posto;

g) 02 (dois) guarda-chuvas por endereço;

h) 01 (um) colete a prova de balas por vigilante, composto por 02 (duas) placas balísticas, nível de proteção III-A, que, quando utilizados, deverão estar dentro do prazo de validade, que deverá estar fixado de forma inalterável no produto. No caso de um colete ser alvejado por um disparo, o mesmo não poderá ser reutilizado;

i) 01 (uma) capa para colete balístico por vigilante;

j) 01 (um) coldre e baleiro por vigilante;

k) 01 (um) distintivo tipo broche por vigilante;

l) 01 (um) ponto eletrônico biométrico por localidade.

4.31. A contratada deverá disponibilizar ponto eletrônico biométrico em consonância com as diretrizes informadas pelo NTI/SR/PF/PR em todas as localidades de execução dos serviços.

4.31.1. O relógio ponto deverá atender aos requisitos da Portaria nº 671, de 8 de novembro de 2021, do Ministério do Trabalho e Previdência, possuindo no mínimo as seguintes características técnicas:

I - Funcionamento com identificação biométrica (leitura de impressão digital ou leitura facial) e senha;

II - Mostrador digital em LCD;

III - Alimentação bivolt ou 220V;

IV - Capacidade de memória de 256mb.

4.31.1. A Contratada deverá permitir livre acesso do fiscal do contrato ao sistema de relógio de ponto biométrico, em tempo real.

4.32. Deve a contratada garantir que todos os equipamentos e utensílios acima mencionados estejam sempre em perfeito estado de conservação e em pleno funcionamento, de modo que, quando surgir a necessidade real de serem utilizados, possam funcionar adequadamente.

4.33. O custo dos materiais acima elencados não poderá ser repassado ao funcionário da empresa, prestador do serviço, sob pena de se configurar falta gravíssima.

DA QUALIFICAÇÃO DO LICITANTE

4.34. Por se tratar de contrato com dedicação exclusiva de mão de obra, a contratada deverá:

4.34.1. Apresentar de garantia de execução contratual que contemple também a cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária pela empresa contratada e mais 90 dias após o seu encerramento, podendo optar por qualquer uma das modalidades de garantia estabelecidas na Lei 14.133/2021, obedecidos os critérios do art. 96 a 102, da referida lei;

4.34.1.1. Orienta-se que, considerando a manifestação jurídica exarada no Parecer n. 00882/2024/E-CJU/SCOM/CGU/AGU, nos autos do processo SEI 08385.009854/2024-71, a utilização da garantia, por meio de seguro-garantia, não pode prever cláusula que condiciona o pagamento de verbas trabalhistas e previdenciárias ao trânsito em julgado de ação de responsabilização.

4.34.2. Autorizar o pagamento de parte dos valores mensais devidos à empresa contratada, correspondente às férias, décimo terceiro salário e verbas rescisórias dos empregados alocados na execução dos serviços, em conta vinculada, com movimentação condicionada à autorização dos órgãos ou entidades contratantes, conforme disciplina na IN SEGES nº 5/2017;

4.35. O fornecedor deverá apresentar atestados que comprovem a capacidade técnica para a prestação dos serviços, bem como informações e documentação necessária e suficiente a comprovar sua qualificação financeira para suportar a contratação, em conformidade com o previsto nos art. 62 a 70, da Lei 14.133/2021.

4.36. Para a isonomia da apresentação e do julgamento das propostas e lances, todos os participantes deverão cotar preços com base na Convenção Coletiva da Categoria em vigor.

4.37. Na elaboração de suas propostas, os licitantes deverão levar em consideração que os vigilantes, por força de lei, farão jus a adicional de periculosidade, cujo percentual é de 30% (trinta por cento) sobre o salário base.

4.38. A licitante deverá apresentar planilha detalhada de custos, conforme características de cada posto de trabalho, preferencialmente utilizando o modelo disponibilizado pela Administração. A planilha deverá observar as peculiaridades de custos locais de ISSQN e vale transporte.

4.39. Não se vislumbra necessidade de que a licitante deva possuir ou vir a instalar escritório no município de Curitiba/PR, porém, entende-se necessário que exista um preposto apto a prestar as informações necessárias quando assim solicitado, bem como comparecer a unidade quando convocado.

4.40. A licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar, deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Em pesquisas realizadas, verifica-se duas principais soluções para vigilância patrimonial no mercado: monitoramento eletrônico e contratação de vigilantes.

5.2. O monitoramento eletrônico consiste principalmente em alocação de câmeras de segurança, sensores, e controle de acesso remoto por uma empresa terceirizada.

5.2.1. O monitoramento eletrônico não atende as realidades da Polícia Federal devido as próprias características do órgão.

5.2.2. As unidades da Polícia Federal recebem diariamente várias pessoas, entre eles estrangeiros, e é necessário que o controle de acesso seja realizado com destreza e com indicações claras de qual caminho seguir. A portaria remota não atende a destreza necessária para as interações que a Polícia Federal realiza, bem como não suportaria a quantidade de acessos que são realizados diretamente.

5.2.3. Quanto a alocação de câmeras de segurança, informa-se que as unidades já possuem câmeras instaladas. Porém, o monitoramento do espaço não pode ser realizado apenas através de câmeras. Devido aos materiais em estoque e também materiais apreendidos, é necessário que a segurança patrimonial seja realizada de pronto atendimento em caso de ocorrências, o que não ocorre com o monitoramento remoto.

5.3. Já o atendimento da demanda por meio da contratação de serviços terceirizados é amplamente difundida na Administração Pública, e atende a destreza necessária a execução dos trabalhos na Polícia Federal.

5.3.1. O histórico de contratação dos serviços de vigilância patrimonial pela Administração Pública Federal, direta, autárquica e fundacional, seja pelo número de empresas contratadas ou pela quantidade de empregados alocados na execução dos serviços, demonstra a capacidade do mercado fornecedor de atender satisfatoriamente e sem nenhuma dificuldade as necessidades das Unidades da Polícia Federal no Paraná.

5.3.2. Consistindo basicamente na alocação pela empresa contratada de empregados para a execução dos serviços, ressalta-se que a contratação pretendida não possui exigências ou especialidades complexas que dificultem os fornecedores recrutarem e contratarem as pessoas que irão desenvolver as atividades, ressaltando que a solução apresentada e descrita no item seguinte é a forma usual e já sedimentada nos diversos órgãos da Administração Pública Federal em especial das Unidades da Polícia Federal no Paraná.

5.4. A contratação de vigilantes terceirizados pode ser de segurança armada ou desarmada.

5.4.1. A vigilância armada possui um poder dissuasório imediato, reduzindo a probabilidade de ocorrerem agressões entre os presentes; uma capacidade de resposta física a ameaças graves; e gera uma maior percepção de segurança a todos.

5.4.2. A vigilância desarmada possui uma capacidade de contenção limitada em casos de ataques violentes, um menor efeito dissuasório e é indicada apenas para áreas de baixo risco.

5.4.3. A Polícia Federal possui em suas instalações, por muitas vezes, armas, munições, materiais apreendidos, presos, e outros itens que podem ser alvo de criminosos. O vigilante patrimonial é o primeiro obstáculo entre os criminosos e esses itens de interesse. Sendo assim, é extremamente necessário que ele esteja devidamente equipado para proceder a segurança do local (até a chegada do apoio) e, especialmente, a sua própria segurança, visto que segundos podem representar uma situação de vida ou morte.

5.5. A contratação ainda pode ser por hora mensal, mensuração por resultados ou por posto de trabalho.

5.5.1. A contratação por hora mensal é eficiente para serviços pontuais ou temporários, que exigem flexibilidade operacional. Para serviços contínuos, ela gera variabilidade na execução e na fiscalização, tornando complexa a comprovação de cobertura efetiva e aumentando a exposição a erros de contabilização de jornada.

5.5.2. A contratação por mensuração por resultados mede efeitos indiretos e não garante a presença física do prestador (necessária neste tipo de contratação). Os indicadores de resultado podem ser influenciados por fatores externos alheios ao prestador e dificultam a responsabilização imediata. O serviço de vigilância não possui indicadores de mensuração por resultados claros. Esse tipo de contratação é mais adequado para projetos únicos, em que se visa um resultado final palpável.

5.5.3. A contratação por posto de trabalho assegura uma definição objetiva de responsabilidades, cobertura contínua e previsibilidade operacional e orçamentária. Ela possui uma facilidade de supervisão, pois os fiscais sabem exatamente quantos postos monitorar, facilitando também o controle de jornadas, escalas e substituições, quando necessárias. Em contratos de vigilância patrimonial, este é o modelo de contratação que mais se adequa.

5.6. Diante do exposto e devido as características excepcionais do órgão, é imprescindível a que a segurança patrimonial seja realizada de forma presencial e armada, sendo contratado por posto de trabalho.

5.7. Cabe constar observação quanto à padronização da presente contratação, que não está padronizada conforme consulta ao site (<https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao/itens-padronizados>), constam apenas os itens água mineral natural sem gás, café e açúcar.

5.8. Assim, análise do mercado aponta como melhor solução a contratação de empresa(s) prestadora(s) de serviço terceirizado (s), dado que as atividades que se pretende contratar são de caráter acessório e, por isso, preferencialmente objeto de execução indireta, não havendo restrição de mercado ou impedimentos que justifiquem o emprego de outra solução senão a terceirização de mão-de obra.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Pelo analisado até aqui, evidencia-se que a solução que melhor atende às necessidades da Superintendência e Descentralizadas é a contratação dos serviços contínuos de vigilância patrimonial – com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, para o adequado atendimento das necessidades das Unidades da Polícia Federal no Paraná.

6.2. A contratação adotará o regime de execução indireta mediante empreitada por preço global.

6.3. Os serviços serão prestados nos locais indicados pela Administração conforme listadas nas tabelas abaixo e distribuição interna a seu critério, conforme a necessidade de atendimento e não havendo reservas de postos, sendo permitido o remanejamento interno em uma mesma localidade, conforme a demanda.

Unidade	Endereço
SR/PF/PR	Rua Professora Sandália Monzon, 210 – Santa Cândida, Curitiba/PR
Depósito Hauer	Rua Presidente Pádua Fleury, 1789 – Hauer, Curitiba/PR
Base GISE Curitiba	Rua Dr. Muricy, 812 – Centro, Curitiba/PR
DPF/LDA/PR	Rua Tietê, 1450 – Vila Nova, Londrina/PR
Base GISE Londrina	Av. São João, 500 – Brasília, Londrina/PR
DPF/MGA/PR	Av. José Alves Nendo, 1309 – Jardim Aclimação, Maringá/PR
DPF/PNG/PR	Rua Manoel Bonifácio, 309 – Centro, Paranaguá/PR
NEPOM/DPF/PNG/PR	Rua Benjamin Constant, 504 – Oceania, Paranaguá/PR
DPF/PGZ/PR	Rua Maria Rita Perpétuo da Cruz, 11 – Oficinas, Ponta Grossa/PR
DPF/GPB/PR	Rua Professor Becker, 1950 – Centro, Guarapuava/PR

6.4. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.4.1. Assumir diariamente o Posto, com vigilante devidamente uniformizado, barbeado, cabelos aparados, limpos e com aparência pessoal adequada;

6.4.2. Repassar para o(s) vigilantes(s) que está(ão) assumindo o Posto, quando da rendição, todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventual anomalia observada nas instalações e suas imediações;

6.4.3. Comunicar imediatamente à contratante, bem como ao responsável pelo Posto, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

6.4.4. O vigilante deverá observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do Posto, adotando as medidas de segurança conforme orientação recebida da contratante, bem como as que entenderem oportunas;

6.4.5. Permitir o ingresso nas instalações somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas;

6.4.6. Fiscalizar a entrada e saída de veículos nas instalações, identificando o motorista e anotando a placa do veículo, inclusive de funcionários e pessoas autorizadas a estacionar seus carros particulares na área interna da instalação, mantendo sempre os portões ou cancelas fechadas;

6.4.7. Controlar rigorosamente a entrada e saída de veículos e pessoas após o término de cada expediente de trabalho, feriados e finais de semana, anotando em documento próprio o nome, registro ou matrícula, cargo, órgão de lotação e tarefa a executar;

6.4.8. Comunicar à área de segurança da contratante, todo acontecimento entendido como irregular e que possa vir a representar risco para o patrimônio da contratante;

6.4.9. Proibir o ingresso de vendedores, ambulantes e assemelhados às instalações, sem que estes estejam devida e previamente autorizados pela contratante ou responsáveis pela Delegacia;

6.4.10. Proibir todo e qualquer tipo de atividade comercial junto ao Posto e imediações, que implique ou ofereça risco à segurança dos serviços e das instalações;

6.4.11. Proibir a aglomeração de pessoas junto ao Posto, comunicando o fato aos servidores policiais de plantão, no caso de desobediência;

6.4.12. Proibir a utilização do Posto para guarda de objetos estranhos ao local, de bens de servidores, de empregados ou de terceiros;

6.4.13. Manter a segurança e a ordem em qualquer das dependências das instalações do contratante, inclusive no estacionamento;

6.4.14. Com exceção do vigilante que exerce suas atividades na guarita, os demais deverão executar rondas diárias sempre que solicitado pela contratante e sob as orientações desta, verificando as dependências das instalações, adotando os cuidados e providências necessárias para o perfeito desempenho das funções e manutenção da tranquilidade nas instalações;

6.4.15. Exercer vigilância em todas as áreas internas e externas dos prédios, vias de acesso, garagem e pátios;

6.4.16. A arma e/ou cassetete deverão ser utilizados somente legítima defesa ou de terceiros e na salvaguarda do patrimônio da contratante, depois de esgotados todos os outros meios para a solução de eventual problema;

6.4.17. Manter afixado no Posto, em local visível, o número do telefone da Delegacia de Polícia da Região, do Corpo de Bombeiros, dos responsáveis pela administração da instalação e outros de interesse, indicados para o melhor desempenho das atividades;

6.4.18. Colaborar com as Polícias Civil e Militar nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações da Administração, facilitando, o melhor possível, a atuação daquelas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento;

6.5. Os postos a serem contratos dividem-se em postos diurnos e postos noturnos, da seguinte maneira:

6.5.1. Postos Diurnos: vigilância armada ostensiva, de 12 horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 02 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, das 07h às 19h, inclusive feriados.

6.5.2. Postos Noturnos: vigilância armada ostensiva, de 12 horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 02 (dois) vigilantes em turno de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, das 19h às 07h, inclusive feriados.

6.6. A contratada deverá nomear um preposto local, na cidade de Curitiba, para representá-la durante a execução do contrato, que responderá pela prestação dos serviços em todas as localidades abaixo informadas ou um preposto por localidade, mantendo atualizados seus contatos de e-mail, celular ou outros meios que facilitem a comunicação;

6.6.1. O(s) preposto(s) deverá(ão) inspecionar todos os locais de trabalho, no mínimo 01 (uma) vez por semana, em períodos e dias alternados, sendo previsto pela contratada o deslocamento e hospedagem quando necessário, não podendo ocorrer nenhum custo extra à contratante;

6.7. Poderá haver readequação dos horários pela CONTRATADA, devidamente justificado e aceito por esta Administração, desde que não importe em aumento de custos ao contrato, sempre respeitando-se os eventuais direitos trabalhistas decorrentes.

6.8. Havendo necessidade e no interesse da Administração, devidamente justificada, poderá haver readequação/redistribuição dos postos, sendo que, em caso de eventual remanejamento que importe em alteração de custos - para menor ou para maior - (dependendo da adequação realizada no posto para horário diurno e/ou noturno), a alteração será efetuada mediante termo aditivo, nos termos da Lei.

6.8.1. Também, poderá haver, a critério da Administração, mudança de locais de prestação dos serviços, respeitando-se, contudo, o horário e a localidade, de forma a não importar em aumento de custos ao contrato.

6.9. Será vedada a subcontratação, nos termos do §2º, do art. 121, da Lei 14.133/2021.

6.10. A fiscalização do objeto dará cumprimento às regras definidas no Termo de Referência, termo do contrato e nas disposições da Lei 14.133, de 2021.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Diferentemente de uma contratação de postos para limpeza, não se encontram critérios puramente objetivos para definir as quantidades de postos de vigilância patrimonial. Devem ser levados em consideração critérios como os ativos existentes, a vulnerabilidade do local, a dimensão física e os pontos críticos, o fluxo de pessoas e veículo, a vizinhança, a tecnologia instalada (câmeras de segurança, por exemplo) e os objetivos da contratação.

7.2. Dessa maneira, partiu-se do princípio de que é necessário no mínimo 1 (um) posto diurno e 1 (um) posto noturno para cada unidade da Polícia Federal, visando proteger os ativos existentes e regular o fluxo de pessoas.

7.2.1. Considerou-se exceção a este padrão a unidade Base GISE Curitiba, que não possui nenhum posto diurno, pois é uma unidade que não recebe nenhum público externo, sendo a segurança diurna feita pelos policiais ali presentes.

7.3. Os principais critérios utilizados para o dimensionamento dos postos de trabalho que excedem o padrão foram a dimensão física de cada local e o fluxo de pessoas.

7.3.1. Para a SR/PF/PR é necessário o quantitativo de 4 (quatro) postos diurnos e 3 (três) postos noturnos. Os postos se dividem da seguinte maneira: durante o dia, é necessária a permanência de um vigilante em cada guarita (entra principal e entrada dos fundos), um vigilante realiza as rondas necessárias e um posto de vigilantes permanece no setor de imigração, que possui um grande fluxo de pessoas; durante a noite, é necessária a permanência de um vigilante em cada guarita (entra principal e entrada dos fundos), e um vigilante realiza as rondas necessárias.

7.3.2. Para o Depósito Hauer, que conta com aproximadamente 9.400 m², e não possui a permanência de servidores do órgão, é necessário o quantitativo de 2 (dois) postos diurnos e 2 (dois) postos noturnos. É um local que, mesmo que de grande área, não recebe público externo, assim os vigilantes concentram-se unicamente em assegurar o perímetro do local.

7.3.3. Para as unidades de LDA/DPF/PR e MGA/DPF/PR é necessário o quantitativo de 1 (um) posto diurno e 2 (dois) postos noturnos. Justificam-se os dois postos noturnos devido as áreas das unidades (aproximadamente 7.700m² e aproximadamente 4.000m²) e o menor efetivo policial presente no local no período noturno.

7.3.4. Para a unidade de PNG/DPF/PR, é necessário o quantitativo de 1 (um) posto diurno e 2 (dois) postos noturnos. Justificam-se os dois postos noturno devido não existir na unidade o serviço de plantão, sendo necessário assim, dois vigilantes para garantir a segurança do espaço (um fixo e um ronda).

7.4. A estimativa das quantidades também foi retirada do histórico da contratação anterior, nos exercícios de 2020 a 2025, formalizada pelo Contrato nº 10/2020-SR/PF/PR, bem como tratativas e requerimentos considerados adequados pelo SELOG/SR/PF/PR, setor demandante, cujo quantitativo e jornada de trabalho vem sendo adequados à necessidade do órgão a cada ciclo de execução contratual.

7.5. Assim, a fim de que não haja prejuízo no serviço de vigilância patrimonial armada, nem no atendimento ao público interno e externo, informa-se que o quantitativo para manter o padrão de atendimento são os constantes nas tabelas abaixo:

Item	Descrição	Local	Quant. Postos
1	Posto de vigilância armada ostensiva, de 12 horas DIURNAS, de segunda-feira a domingo, envolvendo 02 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, das 07h às 19h, inclusive feriados.	SR/PF/PR	4
2	Posto de vigilância armada ostensiva, de 12 horas NOTURNAS, de segunda-feira a domingo, envolvendo 02 (dois) vigilantes em turno de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, das 19h às 07h, inclusive feriados.	SR/PF/PR	3
3	Posto de vigilância armada ostensiva, de 12 horas DIURNAS, de segunda-feira a domingo, envolvendo 02 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, das 07h às 19h, inclusive feriados.	Depósito Hauer	2
4	Posto de vigilância armada ostensiva, de 12 horas NOTURNAS, de segunda-feira a domingo, envolvendo 02 (dois) vigilantes em turno de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, das 19h às 07h, inclusive feriados.	Depósito Hauer	2
5	Posto de vigilância armada ostensiva, de 12 horas NOTURNAS, de segunda-feira a domingo, envolvendo 02 (dois) vigilantes em turno de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, das 19h às 07h, inclusive feriados.	Base GISE Curitiba	1
6	Posto de vigilância armada ostensiva, de 12 horas DIURNAS, de segunda-feira a domingo, envolvendo 02 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, das 07h às 19h, inclusive feriados.	DPF/LDA /PR	1
7	Posto de vigilância armada ostensiva, de 12 horas NOTURNAS, de segunda-feira a domingo, envolvendo 02 (dois) vigilantes em turno de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, das 19h às 07h, inclusive feriados.	DPF/LDA /PR	2
8	Posto de vigilância armada ostensiva, de 12 horas DIURNAS, de segunda-feira a domingo, envolvendo 02 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, das 07h às 19h, inclusive feriados.	Base GISE Londrina	1
9	Posto de vigilância armada ostensiva, de 12 horas NOTURNAS, de segunda-feira a domingo, envolvendo 02 (dois) vigilantes em turno de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, das 19h às 07h, inclusive feriados.	Base GISE Londrina	1
10	Posto de vigilância armada ostensiva, de 12 horas DIURNAS, de segunda-feira a domingo, envolvendo 02 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, das 07h às 19h, inclusive feriados.	DPF/MGA /PR	1
11	Posto de vigilância armada ostensiva, de 12 horas NOTURNAS, de segunda-feira a domingo, envolvendo 02 (dois) vigilantes em turno de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, das 19h às 07h, inclusive feriados.	DPF/MGA /PR	2
12	Posto de vigilância armada ostensiva, de 12 horas DIURNAS, de segunda-feira a domingo, envolvendo 02 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, das 07h às 19h, inclusive feriados.	DPF/PNG /PR	1
13	Posto de vigilância armada ostensiva, de 12 horas NOTURNAS, de segunda-feira a domingo, envolvendo 02 (dois) vigilantes em turno de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, das 19h às 07h, inclusive feriados.	DPF/PNG /PR	2

14	Posto de vigilância armada ostensiva, de 12 horas DIURNAS, de segunda-feira a domingo, envolvendo 02 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, das 07h às 19h, inclusive feriados.	NEPOM /DPF/PNG /PR	1
15	Posto de vigilância armada ostensiva, de 12 horas NOTURNAS, de segunda-feira a domingo, envolvendo 02 (dois) vigilantes em turno de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, das 19h às 07h, inclusive feriados.	NEPOM /DPF/PNG /PR	1
16	Posto de vigilância armada ostensiva, de 12 horas DIURNAS, de segunda-feira a domingo, envolvendo 02 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, das 07h às 19h, inclusive feriados.	DPF/PGZ /PR	1
17	Posto de vigilância armada ostensiva, de 12 horas NOTURNAS, de segunda-feira a domingo, envolvendo 02 (dois) vigilantes em turno de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, das 19h às 07h, inclusive feriados.	DPF/PGZ /PR	1
18	Posto de vigilância armada ostensiva, de 12 horas DIURNAS, de segunda-feira a domingo, envolvendo 02 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, das 07h às 19h, inclusive feriados.	DPF/GPB /PR	1
19	Posto de vigilância armada ostensiva, de 12 horas NOTURNAS, de segunda-feira a domingo, envolvendo 02 (dois) vigilantes em turno de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, das 19h às 07h, inclusive feriados.	DPF/GPB /PR	1
		TOTAL:	29

Quantitativo de vigilantes por município	
Local	Quantitativo
Curitiba	24
Londrina	10
Maringá	6
Paranaguá	10
Ponta Grossa	4
Guarapuava	4
TOTAL:	58

7.6. Deixam-se mencionar demais especificações de cada instalação em função da descrição necessária - visto tratar-se de instalações onde funcionam setores de combate aos mais diversos crimes de competência da Polícia Federal.

7.7. Ainda, em algumas situações, conforme mencionado no item 7.3, há diferença no número de postos, em função do tamanho das instalações, características próprias de cada localidade (regiões de maior ou menor grau de risco - em termos de segurança), relevância dos bens a serem resguardados, inclusive aqueles sob custódia (principalmente bens apreendidos em operações policiais - a exemplo de veículos e equipamentos de significativo valor).

7.8. Com relação à contratação, pela empresa, de funcionários para atuarem como Folguistas e Feristas, destaca-se que na presente solução tal contratação faz-se essencial, visto a necessidade de atender as eventuais faltas de colaboradores na prestação do serviço e em razão de se tratar de postos da não possibilidade de interrupção dos atendimentos, o que viria a prejudicar de forma significativa a execução do contrato.

7.8.1. Os custos de tal contratação estão previstos no submódulo 4.1 da Planilha de Custos e Formação de Preços (submódulo relativo a ausências legais).

7.8.2. Ressalte-se que as ausências dos funcionários, quer legais ou sejam injustificadas, serão objetivamente descontadas e/ou glosadas caso não haja a devida reposição no prazo estabelecido no Termo de Referência.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 13.429.798,56

8.1. Nos termos da Portaria SE/MJSP Nº 1.606/2024 e da IN SEGES/ME nº 65/2021, a estimativa de preços da presente contratação decorre do preenchimento da Planilha da Administração, Anexo II deste ETP.

8.2. O valor global estimado da contratação para o período de 02 (dois) anos é R\$ 13.429.798,56 (treze milhões, quatrocentos e vinte e nove mil, setecentos e noventa e oito reais e cinquenta e seis centavos), detalhado da seguinte forma:

PROPOSTA GLOBAL										
Grupo	Itens	Descrição	Local da Execução	CATSERV	Quantidade de Postos	Qtd. de Vigilantes por Posto	Valor unitário mensal por posto	Valor total mensal dos postos	Valor anual (12 meses)	VALOR TOTAL (2 anos)
	1	Posto de Vigilância Armada Ostensiva, de 12 horas DIURNAS, de segunda-feira a domingo, envolvendo 02 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, das 07h às 19h, inclusive feriados, para atender as necessidades da Superintendência Regional da Polícia Federal no Paraná - CURITIBA.	Curitiba/PR	23647	6	2	R\$ 18.225,88	R\$ 109.355,28	R\$ 1.312.263,36	R\$ 2.624.526,72
	2	Posto de Vigilância Armada Ostensiva, de 12 horas NOTURNAS, de segunda-feira a domingo, envolvendo 02 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, das 19h às 07h, inclusive feriados, para atender as necessidades da Superintendência Regional da Polícia Federal no Paraná - CURITIBA.	Curitiba/PR	23957	6	2	R\$ 19.981,98	R\$ 119.891,88	R\$ 1.438.702,56	R\$ 2.877.405,12
	3	Posto de Vigilância Armada Ostensiva, de 12 horas DIURNAS, de segunda-feira a domingo, envolvendo 02 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, das 07h às 19h, inclusive feriados, para atender as necessidades da Delegacia de Polícia Federal - LONDRINA.	Londrina/PR	23647	2	2	R\$ 18.307,14	R\$ 36.614,28	R\$ 439.371,36	R\$ 878.742,72
	4	Posto de Vigilância Armada Ostensiva, de 12 horas NOTURNAS, de segunda-feira a domingo, envolvendo 02 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, das 19h às 07h, inclusive feriados, para atender as necessidades da Delegacia de Polícia Federal - LONDRINA.	Londrina/PR	23957	3	2	R\$ 20.073,24	R\$ 60.219,72	R\$ 722.636,64	R\$ 1.445.273,28
	5	Posto de Vigilância Armada Ostensiva, de 12 horas DIURNAS, de segunda-feira a domingo, envolvendo 02 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, das 07h às 19h, inclusive feriados, para atender as necessidades da Delegacia de Polícia Federal - MARINGÁ.	Maringá/PR	23647	1	2	R\$ 18.257,44	R\$ 18.257,44	R\$ 219.089,28	R\$ 438.178,56
	6	Posto de Vigilância Armada Ostensiva, de 12 horas NOTURNAS, de segunda-feira a domingo, envolvendo 02 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, das 19h às 07h, inclusive feriados, para atender as necessidades da Delegacia de Polícia Federal - MARINGÁ.	Maringá/PR	23957	2	2	R\$ 20.023,54	R\$ 40.047,08	R\$ 480.564,96	R\$ 961.129,92

1	7	Posto de Vigilância Armada Ostensiva, de 12 horas DIURNAS, de segunda-feira a domingo, envolvendo 02 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, das 07h às 19h, inclusive feriados, para atender as necessidades da Delegacia de Polícia Federal - PARANAGUÁ.	Paranaguá/PR	23647	2	2	R\$ 18.421,66	R\$ 36.843,32	R\$ 442.119,84	R\$ 884.239,68
	8	Posto de Vigilância Armada Ostensiva, de 12 horas NOTURNAS, de segunda-feira a domingo, envolvendo 02 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, das 19h às 07h, inclusive feriados, para atender as necessidades da Delegacia de Polícia Federal - PARANAGUÁ.	Paranaguá/PR	23957	3	2	R\$ 20.228,94	R\$ 60.686,82	R\$ 728.241,84	R\$ 1.456.483,68
	9	Posto de Vigilância Armada Ostensiva, de 12 horas DIURNAS, de segunda-feira a domingo, envolvendo 02 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, das 07h às 19h, inclusive feriados, para atender as necessidades da Delegacia de Polícia Federal - PONTA GROSSA.	Ponta Grossa/PR	23647	1	2	R\$ 18.239,38	R\$ 18.239,38	R\$ 218.872,56	R\$ 437.745,12
	10	Posto de Vigilância Armada Ostensiva, de 12 horas NOTURNAS, de segunda-feira a domingo, envolvendo 02 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, das 19h às 07h, inclusive feriados, para atender as necessidades da Delegacia de Polícia Federal - PONTA GROSSA.	Ponta Grossa/PR	23957	1	2	R\$ 20.005,48	R\$ 20.005,48	R\$ 240.065,76	R\$ 480.131,52
	11	Posto de Vigilância Armada Ostensiva, de 12 horas DIURNAS, de segunda-feira a domingo, envolvendo 02 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, das 07h às 19h, inclusive feriados, para atender as necessidades da Delegacia de Polícia Federal - GUARAPUAVA.	Guarapuava/PR	23647	1	2	R\$ 18.803,48	R\$ 18.803,48	R\$ 225.641,76	R\$ 451.283,52
	12	Posto de Vigilância Armada Ostensiva, de 12 horas NOTURNAS, de segunda-feira a domingo, envolvendo 02 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas, das 19h às 07h, inclusive feriados, para atender as necessidades da Delegacia de Polícia Federal - GUARAPUAVA.	Guarapuava/PR	23957	1	2	R\$ 20.610,78	R\$ 20.610,78	R\$ 247.329,36	R\$ 494.658,72
TOTAL DO GRUPO 1					29			R\$ 559.574,94	R\$ 6.714.899,28	R\$ 13.429.798,56

8.3.Na planilha da Administração - Anexo II deste ETP, constam de forma detalhada os custos unitários estimados da contratação, tendo sido utilizados:

- 8.3.1. Os salários normativos e benefícios extraídos das Convenções Coletivas Atualizadas NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: PR000353 /2024 para os postos de vigilante, calculados proporcionalmente à jornada de trabalho de 12x36 (doze por trinta e seis) horas.
- 8.3.2. Os valores de transporte público foram verificados junto aos sites pertinentes.
- 8.3.3. Os percentuais relativos à tributação de ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) foram obtidos a partir de informação do NEOF/SELOG/SR/PF/PR.
- 8.3.4. Os valores de uniformes, equipamentos e armamento foram verificados a partir de pesquisa de preços realizada no Painel de Preços e em Sítios eletrônicos, excluindo-se de tal média os preços excessivamente elevados e os inexequíveis, considerado o desvio padrão e em conformidade ao detalhado no Mapa Comparativo de Preços.
- 8.3.5. Utilizou-se para fins de alíquota de PIS e COFINS, o regime de tributação cumulativo, da opção de tributação pelo Lucro presumido, por ser este o regime de tributação comumente utilizado pelas empresas que prestam os serviços terceirizados de vigilância patrimonial.

8.4. A planilha elaborada para referência utiliza modelo da IN 05/2017-SEGES/ME, com as adaptações e atualizações pertinentes ao objeto contratual.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

- 9.1. Segundo Nota Explicativa da AGU, os serviços, como regra, devem atender ao parcelamento quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso (art. 47, inciso II, da Lei n. 14.133, de 2021). Devem também ser observadas as regras do artigo 47, § 1º, da Lei n. 14.133, de 2021, que trata de aspectos a serem considerados na aplicação do princípio do parcelamento.
- 9.2. Não obstante o citado acima, o parcelamento do objeto aqui exposto não se mostra tecnicamente viável nem vantajoso economicamente para a administração. A contratação de mais de uma empresa para o fornecimento de mão-de-obra implicará em aumento de despesas, aumento do número de contratos e aumento do número de servidores necessários para realizar a fiscalização e gestão destes contratos. A contratação de mais de uma empresa também implica na dificuldade de manter a padronização dos serviços contratados, e a dificuldade de saber a qual empresa é necessário se reportar sobre a conduta de cada funcionário.
- 9.3. A contratação é mais vantajosa para esta Administração se realizada de forma agrupada, em grupo único, o mais propenso a gerar economia de escala, uma vez que implicará num aumento de quantitativos, tendendo a diminuir o preço final contratado.
- 9.4. Outro ponto relevante é que a separação em itens não irá ampliar a competição, pois as empresas que prestam os serviços, quase em sua totalidade, o fazem em todas as localidades abrangidas na presente contratação.

9.5. Na fase de gestão de contratos visualiza-se com o grupo único a economia para Administração dos custos com gerenciamento de contratos, no emprego de fiscais e gestores, ampliando a vantagem da escala, pois numa linha simples de raciocínio a divisão dos serviços implicará em aumento de despesas para contratá-los e geri-los, uma vez que requererá maior número de servidores empregados nessa tarefa.

9.6. Ainda o agrupamento por localidade (municípios), não implica em restrição injustificada à competitividade, sendo que na última licitação realizada no órgão para o mesmo objeto, no ano de 2020, para contratação destes serviços na forma agrupada, 18 fornecedores participaram do Pregão Eletrônico nº 07/2020, que deu origem ao Contrato nº 10/2020.

9.7. Conclui-se, portanto, que a licitação será agrupada em grupo único e dividida em itens por localidade e turno. As licitantes apresentarão lance por valor global devendo propor suas planilhas de custos individualizadas, contemplando os custos de adicional de periculosidade, vale transporte e ISSQN, conforme Planilha da Administração.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não se verifica a necessidade de Contratações Correlatas e/ou Interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1 De modo a indicar o alinhamento da demanda com o instrumento de planejamento do órgão, informa-se que a demanda se encontra devidamente incluída no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações 2025, conforme documento acostado a estes autos eletrônicos – Documento de Formalização da Demanda 172/2024 (SEI 38865806) e dados constantes do PNCP:

I - ID PCA no PNCP: 00394494000136-0-000042/2025;

II - Data de publicação no PNCP: 27/09/2024;

III - Id do item no PCA: 18;

IV - Classe/Grupo: 852;

V - Identificador da Futura Contratação: 200364-35/2025.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. O resultado que se almeja alcançar com a solução proposta é garantir o bom apoio logístico efetivo pela SR/PF/PR e em suas unidades descentralizadas por meio de atividades de apoio que viabilizam a concentração da força laboral dos servidores nas atividades finalísticas, contribuindo, assim, para um melhor aproveitamento dos recursos humanos do Órgão, mantendo os ambientes com vigilância profissional, liberando os servidores policiais para atividades de maior complexidade, proporcionando ao público interno e externo condições mínimas de segurança quanto ao patrimônio, além da manutenção e conservação da integridade física de pessoas e dos bens públicos, em caráter permanente.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Adotar procedimentos simultâneos de análise do processo, a fim de diminuir o prazo para conclusão do processo de contratação;

13.2. Elaboração do Mapa de Riscos e Termo de Referência, com base nos parâmetros estabelecidos neste Estudo Preliminar;

13.3. Priorizar o processo de contratação ordinária (via licitação) dos serviços.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Em função da natureza da contratação não se identificam possíveis impactos ambientais. Todavia, cabe aos terceirizados seguir as diretrizes que são de adoção obrigatória para os servidores efetivos da unidade administrativa na redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, na separação dos resíduos recicláveis que serão descartados pela Administração e destinados às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006.

14.2. Registre-se que, inobstante a instituição do modelo de referência do Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) – Caderno de Logística do PLS - pela Portaria SEGES/MGI nº 5.376, de 14 de setembro de 2023, nos termos do previsto no art. 7º da Portaria Seges/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021, a Polícia Federal ainda não possui Plano de Logística Sustentável (PLS), de forma que não é possível, no presente momento, estabelecer considerações sobre o tema.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1.1. O presente planejamento foi elaborado em harmonia com a Instrução Normativa nº 05/2017 – Secretaria de Gestão do MPDG, bem como em conformidade com os requisitos técnicos necessários ao cumprimento das necessidades e objeto da contratação.

15.1.2. O presente planejamento atende adequadamente às demandas de negócio formuladas, os benefícios pretendidos são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade, os riscos envolvidos são administráveis e a área requisitante priorizará o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados necessários à consecução dos benefícios pretendidos.

15.1.3. Assim, declaramos a viabilidade da contratação e recomendamos a aquisição proposta.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RAQUEL LAUTERT

Integrante Administrativo Titular



Assinou eletronicamente em 12/12/2025 às 09:37:01.

MOZART PERSON FUCHS

Integrante Requisitante Titular



Assinou eletronicamente em 12/12/2025 às 10:17:01.

ANDRE LEAO DE ALMEIDA

Integrante Técnico Titular – Paranaguá/PR



Assinou eletronicamente em 12/12/2025 às 15:05:00.

SIMIAO MATHIAS JUNIOR

Integrante Técnico Titular – Ponta Grossa/PR



Assinou eletronicamente em 12/12/2025 às 11:30:33.

VINICIUS KARPINSKI

Integrante Técnico Titular – Guarapuava/PR



Assinou eletronicamente em 12/12/2025 às 15:21:38.

JOSE HERRERO JUNIOR

Integrante Técnico Titular – Londrina/PR



Assinou eletronicamente em 12/12/2025 às 14:51:40.

LUCIANO ALEXANDRO DE ARAUJO

Integrante Técnico Titular – Maringá/PR



Assinou eletronicamente em 12/12/2025 às 16:26:07.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo I do ETP - Descrição de atividades.pdf (236.06 KB)
- Anexo II - Anexo II do ETP - Planilha de custos da ADM.xlsx (290.44 KB)